



EDITAL Nº 81/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES AOS PACIENTES DO SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, por iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO destinado a PROCESSO DE SELEÇÃO de **ORGANIZAÇÕES SOCIAIS** qualificadas no Município de Birigui, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5865, de 27 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 5430, de 03 de junho de 2015, em consonância com a Lei Complementar Estadual nº 846, de 4 de junho de 1998 e Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, conjugas com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde, do Município de Birigui, Estado de São Paulo.

MODALIDADE: Chamamento Público para Seleção de Organização Social de Saúde.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Melhor técnica e preço, segundo critério de valoração descrito na Cláusula XII deste Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 5865, de 27 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 5430, de 03 de junho de 2015, em consonância com a Lei Complementar Estadual nº 846, de 4 de junho de 1998 e Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, conjugas com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA – EXPERIÊNCIA e PROPOSTA FINAN-



CEIRA serão recebidos **até as 09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2017**, na Secretaria Municipal de Saúde, com endereço no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, Birigui/SP.

- Os serviços objeto deste CHAMAMENTO PÚBLICO deverão ser prestados mediante rigorosa observância das especificações técnicas e das condições de execução contidas neste EDITAL e seus Anexos.

- A retirada do edital completo e todos os documentos dele integrantes, deverá ser feito através do site www.birigui.sp.gov.br, link licitações ou junto a Secretaria Municipal de Saúde, sito Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Bairro Centro, Birigui-SP, até (01) um dia antes da entrega das propostas, mediante preenchimento e apresentação de comprovante de retirada.

- É parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I. Termo de Referência – Plano de Trabalho;

Anexo II. Termo de Credenciamento;

Anexo III. Declaração de Superveniência;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo V. Declaração de Conjunta;

Anexo VI. Minuta de Contrato;

Anexo VII. Termo de Ciência e Notificação;

Anexo VIII. Cadastro do Responsável.

Cláusula I - DO OBJETO

1.1 - O presente CHAMAMENTO PÚBLICO tem por objeto a seleção e **contratação de Organização Social para acompanhamento e gerenciamento técnico administrativo para execução de consultas, exames e procedimentos de especialidades aos pacientes do Sistema de Saúde do Município de Birigui**, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de Secretaria Municipal de Saúde e Plano de Trabalho.



1.2 - As Unidades de Saúde e serviços a serem gerenciados, as respectivas atividades, metas e indicadores a serem observados e alcançados, estão descritos no conjunto deste EDITAL, na Minuta do Contrato de Gestão e no Plano de Trabalho anexos.

Cláusula II - DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 - Poderão participar deste Chamamento Público as entidades privadas sem fins lucrativos, que estejam qualificadas como Organização Social de Saúde no Município de Birigui, cujas atividades sejam dirigidas aos serviços e ações de saúde, que não tenham sofrido penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, na esfera governamental do Município de Birigui, ou sobre a qual recaia declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera governamental ainda não reabilitadas pela autoridade que aplicou a penalidade, que satisfaçam as condições fixadas neste edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo Município e demais legislações regentes da matéria, conforme especificado no preâmbulo deste edital (FUNDAMENTAÇÃO LEGAL).

2.2 - As Organizações Sociais devem examinar todas as disposições deste Edital e seus Anexos, implicando, a apresentação de documentação e respectivas propostas, na aceitação incondicional dos termos deste instrumento convocatório.

2.3 - Poderão participar deste Credenciamento as Organizações Sociais que:

- a) Não sejam constituídas por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** ou, ainda, seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau;
- b) Não estejam em processo de insolvência civil (Precedentes: TC's 13554.989.16, 13892.989.16, e 14200.989.16);
- c) Cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;
- d) Não estejam cumprindo suspensão temporária de participar de licitações na esfera governamental do Município de Birigui, em decorrência da penalidade prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicada pelo Município de Birigui, devendo



prestar declaração expressa nesse sentido;

- e) Não estejam impedidas de participar de licitações processadas nos âmbitos federal, estadual ou municipal em decorrência da penalidade prevista no artigo 87, inciso IV, aplicada em quaisquer esferas governamentais, devendo prestar declaração expressa nesse sentido - “Declaração de Superveniência” do Anexo III.

2.3.1 - Os efeitos das sanções das alíneas “d” e “e” acima serão interpretados conforme a súmula nº 51, do TCE-SP.

2.4 - Não será admitida, ainda, a participação em Consórcio.

2.5 – O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda.

Cláusula III - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1 - As ORGANIZAÇÕES SOCIAIS que necessitem de informações ou esclarecimentos, ou realizar impugnações complementares relativamente ao presente EDITAL, deverão fazê-los por escrito, no máximo até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de apresentação e recebimento da documentação e propostas, endereçado à Comissão Especial de Seleção, na Secretaria Municipal de Saúde, situada no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Bairro Centro – Birigui, SP, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas.

3.2 - Os eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser apresentados mediante protocolo junto à Secretaria Municipal de Saúde, situada no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Bairro Centro – Birigui, SP, juntamente com documento de identidade e Contrato Social para demonstração de poderes para o mesmo, até as 16:00 horas do 2º dia útil anterior à data de abertura dos envelopes;

3.2.1 – Os documentos acima descritos poderão ser encaminhados através de endereço eletrônico, para secsaude@birigui.sp.gov.br, no mesmo prazo.



3.2.2 - Nos pedidos encaminhados, os interessados deverão identificar CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.3 - Os esclarecimentos e/ou impugnações formulados serão divulgados por meio do e-mail à requerente e disponibilizados no site: www.birigui.sp.gov.br, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento do pedido.

3.3.1 - Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIRIGUI.

3.3.2 - As respostas a todos os pedidos de esclarecimentos farão parte integrante do processo referente ao Chamamento Público para todos os efeitos de direito.

3.4 - Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre o Chamamento Público, se pressupõe que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito do processo de seleção, não restando direito às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação no Chamamento Público implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

3.4.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL perante a CONTRATANTE a ORGANIZAÇÃO SOCIAL que não o fizer no prazo estabelecido no item 3.1.

Cláusula IV - DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS.

4.1 - A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO pode, a seu critério, em qualquer fase do PROCESSO DE SELEÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a



instrução do CHAMAMENTO PÚBLICO.

42 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL participante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sob pena de sujeição às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

43 - As FALHAS FORMAIS observadas nas PROPOSTAS e nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser sanadas, observado o art. 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

44 - Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes terão sempre a forma escrita, e estarão a qualquer tempo disponível no processo do CHAMAMENTO PÚBLICO.

45 - Caberá a cada entidade participante realizar, por sua própria conta e risco, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para a apresentação das PROPOSTAS.

46 - As orientações gerais para elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA a serem apresentados constam na cláusula X deste EDITAL.

47 - A Secretaria Municipal de Saúde de Birigui disponibilizará às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS as informações da rede de Saúde Municipal, bem como dos contratos vigentes (contratos, prestação de contas, relatórios de acompanhamento) e a legislação referente ao modelo de gestão, se necessário, mediante solicitação por e-mail: secsaude@birigui.sp.gov.br.

48 - O presente PROCESSO DE SELEÇÃO será processado e julgado por uma COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, designada pela CONTRATANTE, obedecidas às regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

Cláusula V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - Serão considerados para fins de habilitação das entidades e posterior julgamento das pro-



postas os documentos especificados nas cláusulas VIII, IX e X deste EDITAL, que deverão ser apresentados nos ENVELOPES 1, 2 e 3, de acordo com as definições contidas na cláusula VII do mesmo.

52 – **Às 09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2017**, na Secretaria Municipal de Saúde, no Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n - Bairro Centro, no Município de Birigui, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO procederá com a abertura do processo de seleção, iniciando os trabalhos com a abertura dos envelopes recebidos e protocolados na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, iniciando, destarte, com a abertura dos “ENVELOPES 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, que deverão ser rubricados pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e pelos representantes credenciados das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS presentes na sessão.

53 - A sessão pública de abertura dos envelopes poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente serão permitidas a manifestação dos representantes credenciados das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas que não estejam devidamente credenciadas.

54 - Será inabilitada a entidade participante que deixar de apresentar qualquer documento exigido neste EDITAL e seu(s) ANEXO(s) ou, ainda, apresentá-lo com irregularidade detectada pela COMISSÃO à luz do EDITAL.

55 - Em caso de inabilitação e/ou desclassificação em qualquer uma das etapas de abertura dos envelopes 1, 2 e 3, a COMISSÃO dará ciência da decisão à ORGANIZAÇÃO SOCIAL na própria sessão, por e-mail, podendo, ainda, fazê-lo por outros meios de comunicação válidos (fax, site, etc.), e, de todo modo, fará publicar em diário oficial todos os atos e fatos inerente ao processo de seleção.

56 - A cada etapa de avaliação dos conteúdos dos envelopes 2 e 3, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO procederá à classificação das entidades em ordem decrescente segundo a Nota Final atribuída, em conformidade com o estabelecido neste EDITAL.



5.7 - Os resultados de cada etapa de avaliação, bem como, do julgamento final das propostas, serão comunicados diretamente aos participantes do processo seletivo por e-mail ou através dos meios de comunicação válidos disponíveis (fax, site, etc.), e, de todo modo, fará publicar em diário oficial todos os atos e fatos inerente ao processo de seleção.

5.8 - De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, que deverá ser assinada obrigatoriamente pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e pelos representantes credenciados presentes.

5.9 - AS FALHAS MATERIAIS de pequena relevância, assim consideradas as que não prejudiquem a compreensão e avaliação das propostas, bem como não contrariem a essência do EDITAL, serão objeto de saneamento mediante ato motivado da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.

5.10 - Serão considerados habilitados pela COMISSÃO os PARTICIPANTES que apresentarem com exatidão todos os documentos solicitados na cláusula VIII, sobre “ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, deste EDITAL.

a) Não ocorrendo desistência expressa de recurso quanto à habilitação ou inabilitação, a COMISSÃO encerrará a sessão, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109, inciso I, alínea ‘a’, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

b) Os “ENVELOPES 2 e 3” da ORGANIZAÇÃO SOCIAL inabilitada serão devolvidos, inviolados, após ter decorrido o prazo legal sem interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa de interposição de recursos, ou, ainda, após a negativa de provimento aos recursos interpostos.

5.11 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.

5.12 - Os “ENVELOPES 2 – PROPOSTA TÉCNICA - EXPERIÊNCIA” das PARTICIPANTES habilitadas serão abertos pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO na própria sessão,



ou em nova sessão pública cuja data será comunicada por e-mail ou através dos meios de comunicação válidos disponíveis (fax, site, etc.), e, de todo modo, publicada em diário oficial;

5.13 - A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO procederá, então, à avaliação da EXPERIÊNCIA, de acordo com os critérios estabelecidos na cláusula IX deste EDITAL, procedendo à definição da Nota Técnica (NT).

5.14 - Finalizada a fase anterior e classificada a ORGANIZAÇÃO SOCIAL segundo Nota Técnica não havendo interposição de recursos, ou tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos, ou após o julgamento dos recursos interpostos, dar-se-á a abertura dos “ENVELOPES 3” - PROPOSTAS FINANCEIRAS das participantes.

5.15 - Os “ENVELOPES 3” poderão ser abertos no mesmo ato público da divulgação da nota técnica ou em ato público específico designado para tal fim.

5.16 - A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO julgará as PROPOSTAS FINANCEIRAS de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste EDITAL, comunicando o seu resultado aos participantes em conformidade com o estabelecido neste EDITAL, e publicando em diário oficial os resultados da classificação.

5.17 - Atribuídas as Notas Finais da PROPOSTA TÉCNICA - EXPERIÊNCIA e das PROPOSTAS FINANCEIRAS, sem ocorrência de interposição de recurso ou, tendo havido renúncia expressa da interposição de recursos, ou após o julgamento destes, ocorrerá o JULGAMENTO final, com publicação do resultado da Pontuação Final (PF) e comunicação às participantes.

5.18 - Decorrido o prazo legal e tendo sido declarada vencedora a ORGANIZAÇÃO SOCIAL que obteve a maior pontuação final no processo seletivo, caberá, então, à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO encaminhar o processo ao Secretário Municipal da Saúde para homologação da seleção e adjudicação da autoridade superior à entidade classificada em primeiro lugar, determinando a sua convocação para assinatura do contrato.



Cláusula VI – DO CREDENCIAMENTO

6.1 - O representante credenciado da ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar perante a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO no mesmo dia, local e horário designado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes, o modelo de credenciamento, a carteira de identidade ou outro documento equivalente, além da comprovação de sua representação, através de:

6.1.1 - Instrumento de mandato que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este CHAMAMENTO PÚBLICO, tais como formular questionamentos, interposição e desistência de recurso, análise de documentos, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes da outorgante.

a) Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.

b) Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente o presente CHAMAMENTO PÚBLICO ou que se refiram a outros procedimentos, processos de seleção, licitações ou tarefas.

6.1.2 - Contrato social, estatuto social ou documento equivalente, nos casos de representante legal da entidade.

6.2 - Os documentos de representação das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO e juntados ao processo do CHAMAMENTO PÚBLICO e, em hipótese alguma, serão devolvidos ou desentranhados do processo original.

6.3 - Será admitido no máximo 01 (um) representante credenciado por ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

6.4 - A qualquer momento durante o processo de seleção, o interessado poderá substituir o seu representante credenciado desde que observados os procedimentos contidos no item 6.1.



6.5 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL sem representante não poderá consignar em ata suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes ao chamamento público.

6.6 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma ORGANIZAÇÃO SOCIAL neste CHAMAMENTO PÚBLICO, sob pena de nulidade dos atos por ela cometidos no processo.

Cláusula VII – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1 - Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA - EXPERIÊNCIA E PROPOSTAS FINANCEIRAS exigidos no presente CHAMAMENTO PÚBLICO deverão ser apresentados em 03 (três) envelopes fechados, indevassáveis, distintos e identificados.

7.2 - Cada um dos ENVELOPES deverá ser identificado conforme modelos de etiquetas contidos no item 7.8, e todos devem ser entregues fechados, na sessão pública a ser realizada na data indicada no preâmbulo deste EDITAL.

7.3 - Os ENVELOPES 1, 2 e 3 deverão ser apresentados separadamente, em vias encadernadas/grampeadas, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.

a) Os documentos integrantes dos envelopes 1, 2 e 3 deverão ser apresentados em uma via.

b) Cada envelope deverá conter a identificação citada no item 7.8.

c) Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia, desde que devidamente autenticada e perfeitamente legível. Não haverá autenticação de documentos pelos servidores.

7.4 - Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso nos documentos da proposta apresentada pela Organização Social, prevalecerão os últimos.



7.5 - Não serão aceitas, posteriormente à entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da PROPOSTA TÉCNICA - EXPERIÊNCIA, da PROPOSTA FINANCEIRA, complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas, ou, ainda, de correções de caráter formal no curso do procedimento.

7.6 - Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, bem como, também não serão aceitos documentos em idioma estrangeiro.

7.7 - Somente serão consideradas as PROPOSTA TÉCNICA - EXPERIÊNCIA e PROPOSTAS FINANCEIRAS que abranjam a totalidade do OBJETO, nos exatos termos deste EDITAL.

7.8 - As Organizações Sociais interessadas em participar deste Chamamento Público deverão apresentar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 01, o PLANO DE TRABALHO - ENVELOPE 02 e PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE 3, em 03 (três) envelopes fechados, não transparentes, indevassáveis, distintos e identificados, os quais deverão conter em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Chamada Pública nº .../2017

ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES NAS UNIDADES SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

Razão Social da Organização Social
Endereço, Telefone, E-mail



ENVELOPE 2 – PLANO DE TRABALHO - EXPERIÊNCIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Chamada Pública nº .../2017

ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

Razão Social da Organização Social
Endereço, Telefone, E-mail

ENVELOPE 3 – PROPOSTA FINANCEIRA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Chamada Pública nº .../2017

ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI

Razão Social da Organização Social
Endereço, Telefone, E-mail

Cláusula VIII – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - O “ENVELOPE 1”, dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverá conter os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, idoneidade financeira, regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, especificados neste item.

8.2 - **Relativos à Habilitação Jurídica, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar a seguinte documentação:**

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, comprovando a compatibilidade dele com o objeto deste edital, conforme a Súmula nº 40, do TCESP, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Declaração de que a Organização Social não cumpre as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 - “Declaração de Superveniência” do Anexo III.



8.3 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estaduais ou Municipais da sede da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, incluído pela Lei nº 12.440, de 2011;

8.3.1 - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a Organização Social deverá apresentar declaração por escrito, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo seu representante legal, conforme modelo anexo, noticiando que não utiliza mão de obra direta ou indireta, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, de menores de dezoito, e de qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.3.2 - Para fins de habilitação, serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional, bem como certidões unificadas, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.

8.3.3 - Será considerada como válida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se indicada legislação específica para o respectivo documento, dispondo de forma diversa.



8.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da Organização Social;
- c) em caso de entidades que estejam em processo de recuperação judicial, será exigida a apresentação do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital;
- d) Demonstração de que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL possui capacidade econômico-financeira, de acordo com os índices a seguir, que serão calculados a partir do balanço patrimonial apresentado.

d.1) índice de Liquidez Corrente (ILC), maior ou igual a 0,5.

$$ILC = AC / PC$$

d.2) índice de Liquidez Geral (ILG), maior ou igual a 0,5.

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + PNC)$$

d.3) índice de Solvência Geral (ISG), maior ou igual a 1,0.

$$ISG = AT / (PC + PNC)$$

Onde:

AC: Ativo Circulante PC: Passivo Circulante

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo PNC: Passivo Não Circulante

AT: Ativo Total

8.4.1 - A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração, pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos nesta inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados, e as assinaturas do(s) representante(s) legal (is) da empresa e de seu contador, devidamente identificados.



8.5 - Relativos à Qualificação Técnica, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) Certificado de Organização Social expedido no âmbito do Município de Birigui, nos termos do artigo 30, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- c) Comprovação, através da documentação legal, de que a Organização Social possui no seu quadro diretivo funcional, Responsável Técnico (médico), detentor de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado(s) no Conselho Regional de Medicina, que comprove ter realizado ou participado da administração e gerenciamento de Unidades de Saúde equivalentes ou semelhantes ao objeto da presente Seleção.

8.5.1- Os documentos de habilitação serão examinados pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, nos seguintes termos:

- a) Não serão habilitadas as ORGANIZAÇÕES SOCIAIS que deixarem de apresentar os documentos indicados na Cláusula VIII - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 1”, ou que o fizerem de maneira incompleta ou incorreta.
- b) A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO poderá executar a conferência dos dados que entender necessários, mediante consulta por meio eletrônico, da condição de inscrição da ORGANIZAÇÃO SOCIAL no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e da sua situação cadastral na Receita Federal; fiscal da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, na Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Inscrições na Dívida Ativa da União, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- c) A inexistência de débitos perante o INSS poderá ser confirmada no correspondente site. Da mesma forma, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO confirmará a autenticidade do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, mediante consulta ao site da Caixa Econômica Federal – CEF, assim como da certidão de débito com a Fazenda Municipal, quando se tratar do Município de Birigui.
- d) É facultado à COMISSÃO, em qualquer fase do certame, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar



a instrução do processo, vedada a posterior inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente dos envelopes nº 1, 2 ou 3.

Cláusula IX – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 2 – PLANO DE TRABALHO - EXPERIÊNCIA

9.1. O ENVELOPE 2 – PLANO DE TRABALHO – EXPERIÊNCIA, deverá conter os documentos que compõem a proposta de trabalho da interessada, para execução das atividades previstas, devendo atender as condições contidas neste EDITAL.

9.2. O ENVELOPE 2 deverá conter também os documentos (originais ou cópias autenticadas) que comprovem a experiência da interessada na execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação, conforme especificado na **cláusula XI deste EDITAL**.

9.3. Os conteúdos apresentados no PLANO DE TRABALHO serão utilizados na análise do julgamento técnico e pontuação, conforme os critérios de avaliação técnica do PLANO DE TRABALHO, constantes deste EDITAL.

9.4. O PLANO DE TRABALHO, que compreende os meios e recursos necessários para a execução das ações e serviços objeto desta contratação, deverá ser elaborado segundo critérios abaixo descritos e contendo os seguintes elementos:

- a) **Descrição da organização técnico-administrativa**, voltada ao desenvolvimento das ações de fomento e gerenciamento da unidade de saúde, objeto do Contrato.
- b) **Dimensionamento de pessoal**, a ser contratado pela interessada, por categoria profissional, carga horária semanal contratada e quantidades. Deverá ser dimensionado, além da **equipe assistencial mínima** descrita no Anexo I do Plano de Trabalho, o pessoal técnico, administrativo e gerencial necessários para a execução das atividades propostas.
- c) **Plano de Cargos e Salários** proposto para os profissionais contratados pela interessada, em todos os níveis hierárquicos, explicitando todos os benefícios envolvidos.
- d) **Cronograma de implantação e/ou execução** das atividades previstas em até 90 dias.



Cláusula X – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 3 – PROPOSTA FINANCEIRA

10.1 - O “ENVELOPE 3”, da PROPOSTA FINANCEIRA, deverá conter valores da proposta financeira da entidade, para o período de 12 meses correspondentes ao primeiro ano de execução das atividades, computado TODAS as despesas de custeio, de todas as Unidades e Serviço de Saúde.

10.2 - Deverá obrigatoriamente conter os seguintes elementos no documento a ser apresentado:

a) **Plano Orçamentário de Custeio** para desenvolvimento das ações e serviços, contemplando os elementos apresentados no modelo adiante, correspondente ao total das despesas previstas de **custeio** para a operação do CONTRATO DE GESTÃO.

I - Deverá contemplar todas as despesas previstas para implementação e execução das atividades (inclusive valores referentes a provisionamento de férias e décimo terceiro salário, dissídios, entre outros);

II - Este será o valor considerado como sendo o valor total da proposta financeira da entidade participante.

b) **Cronograma de Desembolso MENSAL** previsto, em consonância com o cronograma de implementação e/ou execução das atividades.

c) **Identificação e assinatura** do representante da entidade participante, descrição do valor total anual da **proposta financeira (em reais) por extenso**, bem como, **data de validade da proposta** que não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

OBJETO	VALOR FINANCEIRO MENSAL	VALOR FINANCEIRO PARA DEZEMBRO/2017
PROGRAMA: CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS		



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



MENTOS DE ESPECIALIDADES		
ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO – INDENIZAÇÃO/ CUSTEIO DAS DESPENSAS ADMINISTRATIVAS	R\$	R\$
TOTAL	R\$	R\$

OBJETO	VALOR FINANCEIRO MENSAL	VALOR FINANCEIRO PARA JANEIRO A NOVEMBRO/2018
PROGRAMA: CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS DE ESPECIALIDADES		
ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO – INDENIZAÇÃO/ CUSTEIO DAS DESPENSAS ADMINISTRATIVAS		
TOTAL	R\$	R\$



Cláusula XI – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Este item descreve os critérios que serão utilizados para a avaliação e pontuação dos PLANOS DE TRABALHO e das PROPOSTAS FINANCEIRAS a serem elaboradas pelas interessadas participantes.

11.2. Relativo à avaliação dos PLANOS DE TRABALHO, deverá seguir os critérios mencionados a seguir:

11.2.1. C1. Experiência:

a) Este item será avaliado pela apresentação de documentos originais e/ou cópias autenticadas que comprovem a experiência da interessada na execução de serviços de natureza semelhante ao objeto desta contratação.

b) Para finalidade de avaliação deste critério (C.1) os documentos comprobatórios deverão ser **atestados ou certificados** expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência da interessada, devendo conter:

- A identificação da pessoa jurídica emitente;
- Nome e o cargo do signatário;
- Timbre do emitente;
- Período de vigência do contrato;
- Objeto contratual com descrição das atividades sob responsabilidade direta da interessada.

c) Para finalidade de avaliação deste critério (C.1) será considerada a experiência da Entidade em termos de tempo de atividade e volume de atividade, conforme especificação e pontuação dos três itens abaixo relacionados:



- **Experiência em gestão de outros serviços de saúde**, públicos ou privados, conforme tempo e quantidade de unidades de saúde envolvidas, a qual poderá pontuar no máximo **5 (cinco) pontos**.

Tempo de Atividades (em anos)	Nº de Unidades de Saúde	
	1 – 3	+ de 3
1 – 3	2	3,5
+ de 3	2,5	5

- **Experiência em gestão de unidades e/ou redes de atenção básica**, públicos ou privados, conforme tempo e quantidade de unidades de saúde envolvidas, a qual poderá pontuar no máximo **10 (dez) pontos**.

Tempo de Atividades (em anos)	Nº de Unidades de Saúde	
	1 – 3	+ de 3
1 – 3	2	6
+ de 3	4	10

- **Experiência em gestão de serviços de saúde em urgência e emergência**, públicos ou privados, conforme tempo e quantidade de unidades de saúde, a qual poderá pontuar no máximo **10 (dez) pontos**.

Tempo de Atividades (em anos)	Nº de Unidades de Saúde	
	1 – 3	+ de 3
1 – 3	2	6
+ de 3	4	10

11.2.2. C2. Conhecimento do objeto da contratação:

a) Este conteúdo será avaliado através da análise do conteúdo do PLANO DE TRABALHO, pela demonstração objetiva de que a interessada tem compreensão das informações relevantes ao escopo da contratação, de acordo com as informações contidas na Minuta do Contrato de Gestão e Plano de Trabalho (ANEXO I), anexos a este EDITAL.

b) Para finalidade de avaliação deste critério será considerado essencial que o conteúdo



aborde explicitamente dois elementos obrigatórios:

- **Descrição e análise das principais características epidemiológicas e dos problemas** mais prevalentes de Birigui. Este item poderá pontuar no máximo **10 (dez) pontos**. Este diagnóstico sócio-sanitário do território deverá abordar, minimamente, o seguinte conteúdo:

- a) identificação dos principais problemas e necessidades a serem enfrentadas – máximo de 3,0 (três) pontos;*
- b) descrição de procedimentos para análise de rotinas e de riscos à saúde – máximo de 3,0 (três) pontos;*
- c) demonstração dos indicadores ressaltando os elementos do processo de saúde e doença que se quer identificar e sob o qual se deve prioritariamente intervir – máximo de 3,0 (três) pontos e,*
- d) fontes de informação utilizadas – máximo de 1,0 (um) ponto.*

- **Delineamento das diretrizes técnicas e operacionais** que, no entendimento da interessada, deverão ser seguidas durante o gerenciamento da unidade e prestação de serviços no Centro Médico Hospitalar de Birigui. Tais diretrizes deverão estar fundamentadas em normas técnicas e boas práticas em saúde e em gestão, devendo ser expressamente identificadas no item, o qual poderá pontuar no máximo **15 (quinze) pontos**.

c) Para finalidade de avaliação deste critério serão considerados e analisados os seguintes itens:

- proposta de acolhimento e classificação de risco – **máximo de 3,0 (três) pontos;**
- proposta de organização de referência e contra referência – **máximo de 3,0 (três) pontos;**
- tempo de espera para atendimento médico para os pacientes classificados – **máximo de 3,0 (três) pontos;**
- descrição do sistema de informação a ser utilizado para gestão da Unidade de Pronto Atendimento, objeto do presente e a respectiva estratégia de integração a ser adotada com o sistema de informação da Secretaria Municipal de Saúde – **máximo de 3,0 (três) pontos;**



- descrição detalhada dos relatórios gerenciais a serem apresentados à Secretaria Municipal de Saúde – **máximo de 3,0 (três) pontos;**

11.2.3. C3. Proposta de Organização das Atividades:

a) Este conteúdo será avaliado através da análise do PLANO DE TRABALHO, pela apresentação do detalhamento da proposta de organização e execução dos serviços e atividades contratadas, em consonância com a Minuta do Contrato e Anexo I – do Plano de Trabalho.

b) Para finalidade de avaliação será considerado essencial que o conteúdo aborde explicitamente, o qual poderá pontuar no máximo **25 (vinte e cinco) pontos:**

- produção esperada de consultas médias por especialidade e tempo médio de atendimento esperado: **máximo de 5,0 (cinco) pontos;**

- descrever detalhadamente os instrumentos e a metodologia utilizados para mensurar a qualidade de atendimento previsto aos usuários: **máximo de 5,0 (cinco) pontos;**

- descrição do prontuário médico a ser utilizado nos atendimentos descrevendo suas principais funcionalidades: **máximo de 5,0 (cinco) pontos;**

- descrição detalhada do acompanhamento dos pacientes, adultos e pediátricos, em observação na unidade: **máximo de 5,0 (cinco) pontos;**

- descrição detalhada do sistema de senha para atendimento dos pacientes após classificação de risco: **máximo de 5,0 (cinco) pontos.**

11.2.4. C4. Atividades voltadas à qualidade:

a) Este conteúdo será avaliado através da análise do PLANO DE TRABALHO, pela apresentação do detalhamento das características e estratégias de implementação das ações de qualidade incluindo a mensuração da satisfação dos pacientes e acompanhantes, em consonância com a Minuta do Contrato de Gestão e o Anexo I – Plano de Trabalho, anexos a este EDITAL.

b) Para finalidade de avaliação deste critério (C.4) será considerado essencial que o con-



teúdo aborde explicitamente dois itens obrigatórios:

- **Descrição detalhada das características e estratégias de implementação das ações voltadas à qualidade** objetiva dos serviços, o qual poderá pontuar no máximo **5 (cinco) pontos**.

Item	Pontuação
Comissão de Ética	01 ponto
Comissão de Prontuários	01 ponto
Organização de Serviço de Farmácia	01 ponto
Organização de Serviço de Arquivo Médico e Estatística	01 ponto
Organização dos Serviços de Ações de Vigilância em Saúde	01 ponto

- **Detalhamento das características e estratégias de implementação das ações da proponente voltadas à apuração de indicadores** associados à mensuração da satisfação dos pacientes e acompanhantes, o qual poderá pontuar no máximo **5 (cinco) pontos**.

Item	Pontuação
Apresentação dos Instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário	2,5 pontos
Critérios de Aplicação e Avaliação da Satisfação	2,5 pontos

11.2.5. C5. Apresentação dos meios sugeridos e cronogramas:

a) Este conteúdo será avaliado através da análise do PLANO DE TRABALHO, pela apresentação dos meios e cronograma para execução das atividades previstas, em consonância com a Minuta do Contrato de Gestão e o Anexo I – Plano de Trabalho, anexos a este EDITAL.

b) Para finalidade de avaliação deste critério (C.5) será considerado essencial que o conteúdo aborde explicitamente três itens obrigatórios:

- **Especificação dos Recursos Humanos** correspondentes para a execução das atividades propostas, o qual poderá pontuar no máximo **5 (cinco) pontos**.

- **Organização das Atividades de Apoio** relevantes para execução das atividades previstas, o qual poderá pontuar no máximo **2,5 (dois e meio) pontos**.

Itens mínimos a serem apresentados	Pontuação
Serviços Administrativos	0,5 ponto
Almoxarifado	0,5 ponto
Limpeza	0,5 ponto



Segurança
Apoio Logístico

0,5 ponto
0,5 ponto

- **Cronogramas de implantação e/ou execução das atividades previstas**, o qual poderá pontuar no máximo **2,5 (dois e meio) pontos**, sendo:

Prazo de até 30 (trinta) dias: **2,5 (dois e meio) pontos**;

Prazo de até 60 (sessenta) dias: **1,5 (um e meio) ponto**;

Prazo de até 90 (noventa) dias: **0,5 (meio) ponto**.

11.2.6. Apresentação dos Programas de Manutenção Predial e de Equipamentos:

a) Este conteúdo será avaliado através da análise do PLANO DE TRABALHO, pela apresentação detalhada dos programas de manutenção predial e de equipamentos, em consonância com a Minuta do Contrato de Gestão e o Anexo I – Plano de Trabalho, anexos a este EDITAL.

b) Para finalidade de avaliação deste critério (C.6) será considerado essencial que o conteúdo aborde, de forma explícita, obrigatoriamente:

- **Especificação da sistemática de programas de manutenção predial: máximo de 2,5 (dois e meio) pontos**;

- **Especificação de equipamentos adequados à execução das atividades propostas: máximo de 2,5 (dois e meio) pontos**;

11.3. Será atribuída pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO a “**Nota do PLANO DE TRABALHO**” (NPT) em conformidade com o quadro de pontuação total e seus critérios, especificados nos respectivos itens, abaixo descrito:

CRITÉRIOS	ITENS	PONTUAÇÃO MÁXIMA (ITEM)	PONTUAÇÃO TOTAL MÁXIMA DO CRITÉRIO
C1. Experiência (avaliada segundo	Gestão de Serviços de Saúde	05	25



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



tempo e volume de atividade)	Gestão de Unidades e/ou Redes de Atenção Básica	10	
	Gestão de Serviços de Saúde em Urgência e Emergência	10	
C2. Conhecimento do Objeto da Contratação	Identificação dos Principais Problemas e Necessidades	03	10
	Descrição dos Procedimentos	03	
	Demonstração dos Indicadores	03	
	Fonte de Informação	01	
	Proposta de Acolhimento e Classificação de Risco	03	15
	Proposta de Organização	03	
	Tempo de Espera	03	
	Descrição do Sistema de Informação	03	
	Descrição Detalhada dos Relatórios Gerenciais	03	
C3. Apresentação da proposta de atividade assistencial à capacidade operacional das Unidades Básicas de Saúde	Produção Esperada de Consultas Médias por Especialidades	05	25
	Descrever Detalhadamente os Instrumentos e a Metodologia	05	
	Descrição do Prontuário Médico	05	
	Descrição Detalhada do Acompanhamento	05	
	Descrição Detalhada do Sistema de Senha	05	
C4. Apresentação das atividades propostas referentes à Qualidade da Assistência prestada	Comissão de Ética	01	10
	Comissão de Prontuários	01	
	Organização de Serviço de Farmácia	01	
	Organização de Serviço de Arquivo Médico e Estatística	01	
	Organização dos Serviços de Ações de Vigilância em Saúde	01	
	Apresentação dos Instrumentos de Pesquisa de Satisfação do Usuário	2,5	
	Critérios de Aplicação e Avaliação da Satisfação	2,5	
C5. Apresentação dos meios sugeridos e cronogramas para execução das atividades	Recursos Humanos	05	10
	Serviços Administrativos	0,5	
	Almoxarifado	0,5	
	Limpeza	0,5	



	Segurança	0,5	
	Apoio Logístico	0,5	
	Cronograma das atividades	2,5	
C6. Apresentação dos programas de manutenção predial e de equipamentos	Proposta de Sistemática de Manutenção Predial	2,5	5
	Especificação de Equipamentos	2,5	
Pontuação Máxima			100 pontos

11.3.1. Serão desclassificadas as PARTICIPANTES cujos PLANOS DE TRABALHO:

- a) Não atingirem **pontuação total mínima de 60 pontos**;
- b) **Não pontuarem em um ou mais dos itens** avaliados em cada critério descrito;
- c) Não atenderem plenamente as **exigências** deste EDITAL.

11.3.2. As pontuações que serão atribuídas relativas à avaliação de cada critério definido variam de acordo com as escalas de pontuação apresentadas, sendo admitidas pontuações parciais somente para os itens C.1, C.2 e C.3.

11.3.3. A pontuação técnica máxima atribuída ao PLANO DE TRABALHO é de **100 (cem) pontos**.

11.3.4. A **pontuação total do PLANO DE TRABALHO** de cada PARTICIPANTE se fará de acordo com a seguinte equação:

NPT: Nota técnica da instituição em análise X 10 / Maior nota técnica atribuída

Onde:

NPT: Nota final do plano de trabalho após avaliação dos critérios definidos.

11.3.5. Permanecerão no Certame as entidades participantes que obtiverem **Nota final do plano de trabalho** igual ou maior do que 6 (seis) pontos, sendo classificadas em ordem decrescente desta.



11.4. Relativo à avaliação das PROPOSTAS FINANCEIRAS, a avaliação deverá seguir os critérios mencionados a seguir:

11.4.1. A proposta financeira total não poderá ultrapassar o valor máximo do Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;

11.4.2. Serão desclassificadas as PARTICIPANTES cujas PROPOSTAS FINANCEIRAS:

a) **Apresentarem valores de despesas em formato não conforme** com os modelos apresentados na cláusula X deste EDITAL;

b) Que contiverem estimativa de despesa total para custeio e metas das atividades com **valores manifestamente inexequíveis e/ou cronograma de desembolso mensal inapropriado.**

c) Que **não apresentarem** os Planos Orçamentários de Custeio de acordo com modelos deste EDITAL.

d) Não atenderem plenamente as **exigências** deste EDITAL.

e) Não observarem a Súmula nº 41, do TCESP.

11.4.2.1. A **pontuação total das PROPOSTAS FINANCEIRAS** de cada PARTICIPANTE far-se-á de acordo com a seguinte equação:

NPF: Menor valor proposto pelas instituições X 100 / Valor total da proposta da instituição em análise

Onde:

NPF = Nota Final da proposta financeira após a avaliação dos critérios definidos.



Cláusula XII – DO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

12.1 - Será considerada **vencedora** a ORGANIZAÇÃO SOCIAL que obtiver a maior nota de PF (Pontuação Final).

12.2 - Na hipótese de ocorrência de empate entre duas ou mais ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, o desempate será feito por meio de sorteio em ato público, para o qual serão convocadas todas as participantes.

12.3 - A Pontuação final de cada PARTICIPANTE se fará de acordo com a seguinte equação:
PF : (NPT x 0,7) + (NPF x 0,3)

Onde:

PF = Pontuação Final

NPT = Nota final da proposta técnica – Experiência.

NPF = Nota final da proposta financeira.

Peso NPT = 0,7

Peso NPF = 0,3

Cláusula XIII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Dos atos da Administração decorrentes deste Edital cabem:

13.1.1 - Recurso Hierárquico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penalidades previstas neste edital.

13.1.2. Recurso de Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;



13.1.3 - pedido de reconsideração, de decisão do Secretário Municipal da Saúde, na hipótese do § 4º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.2 - A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, ou fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para deferimento ou indeferimento, dentro do prazo citado.

13.3 - A interposição de recurso será comunicada aos demais PARTICIPANTES, que poderão apresentar suas contrarrazões no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da intimação do ato.

13.4 - Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimento dos envelopes das propostas; e
- d) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados nos ENVELOPES 1, 2 e 3 e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

13.5 - Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão reconhecidos.

13.6 - Os recursos contra os atos decisórios constantes das alíneas 'a' e 'b', do subitem 13.1, terão efeito suspensivo obrigatório, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

13.7 - O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Cláusula XIV – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1 - Publicada a classificação final e decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que haja interposição de recurso, serão os autos encaminhados à autoridade superior competente para deliberação quanto à homologação do procedimento e adjudicação do objeto da Organização Social vencedora do certame.

Cláusula XV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes do presente Chamamento Público correrão por conta do Orçamento Municipal do Exercício financeiro de 2.017, pela ficha orçamentária 463.

15.2 - A(s) despesa(s) que seguir(em) no(s) exercício(s) subsequente(s) correrá(ão) à de Dotação(ões) Orçamentária(s) que for(em) consignada(s) no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

Cláusula XVI – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento das despesas será efetuado em parcelas mensais e sucessivas, conforme Cronograma de Desembolso parte integrante do contrato de gestão, a serem pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês consignado, em conformidade com a avaliação dos critérios estabelecidos.

Cláusula XVII – DO CONTRATO

17.1 - A Organização Social vencedora do certame será convocada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIRIGUI para assinar o contrato de gestão com a Prefeitura Municipal de Birigui, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, nos termos da minuta anexa a este edital (Anexo VI).

17.2 - Caso a Organização Social vencedora, ao ser notificada para assinar o Contrato, não o



faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, ou não solicite, com justificativa aceita pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIRIGUI**, dilatação do prazo por igual período (Art. 64, § 1º - Lei 8.666/93), decairá do direito de celebrar o ajuste.

17.3 - A recusa injustificada para a assinatura do Contrato também sujeitará a licitante vencedora às penalidades dispostas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93 e Decreto Municipal nº 5.385/2.015.

Cláusula XVIII – DA VIGÊNCIA

18.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, a contar da assinatura do referido instrumento.

Cláusula XIX – DA IMPLANTAÇÃO

19.1 - O período de IMPLANTAÇÃO se dará a partir do recebimento da **ordem de início** pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL VENCEDORA.

19.2 - O período de IMPLANTAÇÃO terá duração de até 90 (noventa) dias.

Cláusula XX – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

20.1 - Utilizar para a contratação de pessoal e serviços, exclusivamente, critérios técnicos e observar as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas, previdenciárias e emanadas da Lei Municipal de Qualificação das Organizações Sociais, bem como os decretos regulamentadores da matéria e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.637/ 1994;

20.2 - Desenvolver o programa em conjunto com o Município, observando as diretrizes instituídas por normas específicas;



- 203 - Elaborar relatório circunstanciado do serviço prestado, encaminhando-o ao Município para fins de repasse dos valores necessários à execução deste termo;
- 204 - Organizar a escrituração dos atos referentes a esta Parceria, envolvendo a parte financeira/fiscal, contábil, sempre que solicitado;
- 205 - Cumprir o objeto do Contrato de Gestão proposto neste edital com funcionários devidamente qualificados;
- 206 - Realizar a contratação de profissionais qualificados e com remuneração compatível com o mercado e mínimo estabelecido inicialmente pelo Município, inclusive com responsabilidade pela organização social de saúde, pela fiscalização e pagamento de todo o pessoal (técnico e de apoio) necessário ao bom desenvolvimento das ações previstas;
- 207 - Providenciar que seus funcionários cumpram rigorosamente as determinações e instruções funcionais, notadamente com relação aos horários a serem cumpridos, disponibilizando meios de controle de frequência.

Cláusula XXI – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 21.1 - Acompanhar e avaliar o alcance das metas de desempenho acordadas;
- 21.4 - Avaliar e propor, caso necessário, a renegociação do contrato de gestão, principalmente no que diz respeito a metas e indicadores;
- 21.5 - Analisar e emitir pareceres sobre os resultados atingidos e a oportunidade de renovação do contrato de gestão ao fim do prazo de sua vigência;
- 21.6 - Apresentar matriz de intervenção nas metas não alcançadas.



Cláusula XXII - DAS PENALIDADES

22.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e Decreto Municipal nº 5.385/2.015, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

22.1.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento:

22.1.1.1 - Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;

22.1.1.2 - Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para a Administração Municipal, para as quais o credenciamento tenha concorrido diretamente;

22.1.1.3 - Descredenciamento quando reiteradamente descumprir alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal, ou quando o credenciado deixar de cumprir as obrigações assumidas através de falta grave dolosa ou revestida de má-fé ou quando constatada a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos apresentados pelo credenciado.

22.1.1.4 - Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor dos serviços que se propôs a prestar, quando devidamente convocado, na forma do subitem 2.1, e deixar de assinar o contrato.

Cláusula XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - A apresentação da proposta pela Organização Social implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Chamamento Público.

23.2 - A Administração se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar a presente SELEÇÃO, sem que isso represente motivo para



que as organizações sociais participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

23.3 - As retificações do presente EDITAL, por iniciativa da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas no site da Prefeitura www.birigui.sp.gov.br.

23.4 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL vencedora terá o prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de serviço para implantar, em sua totalidade, todas as unidades e serviços contratados.

23.5 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL poderá, para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, contratar o pessoal já existente na Rede, em caráter precário, desde que não ultrapasse o período de transição do contrato, em procedimento devidamente justificado e contanto que iniciadas as atividades para a realização do processo seletivo respectivo.

23.6 - É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

Birigui/ SP, 07 de novembro de 2017.

Gilmar Trecco Cavaca
Secretário Municipal de Saúde